

PUBLICADO DOC 06/06/2008, PÁG. 96

PARECER Nº 641/2008 DA COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA SOBRE O **PROJETO DE LEI Nº 0612/05**. Trata-se de projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Adilson Amadeu e Mara Gabrielli que estabelece normas para implantação de degrau ou piso diferenciado em todos os telefones públicos existentes na Cidade de São Paulo.

A matéria proposta tem por escopo assegurar aos deficientes visuais maiores condições de transitarem pelas ruas da cidade, sem correr o risco de esbarrarem em telefones públicos, geralmente localizados em meio às calçadas, onde, sem sinais detectáveis pelos mesmos, por vezes causam sérios problemas como: tropeços e quedas.

Justificam os autores que: “É comum verificar ocorrências de acidentes ocasionados por telefones públicos vitimando deficientes visuais, pois a falta de sinalização impossibilita a verificação por estes, do obstáculo (telefone público) causando assim uma colisão com o mesmo”.

A Douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa manifestou-se pela legalidade.

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente realizou duas Audiências Públicas e também se mostrou favorável ao projeto.

Esta Comissão é favorável ao projeto, pois entende que a matéria é de grande interesse público, porém, para maior abrangência do projeto, sugere o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 612/2005.

“Estabelece normas para implantação de degrau ou piso diferenciado em todos os telefones públicos e caixas de correios existentes na Cidade de São Paulo, e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º - Ficam obrigadas as empresas que prestam serviços de Telefonia e de Correios e Telégrafos no Município, a implantarem na proteção dos telefones públicos e nas caixas de correios, piso diferenciado nos locais onde esses mobiliários sejam fixados para possibilitar sua identificação por deficientes visuais.

§ 1º - O piso diferenciado deve exceder em 0,60cm a proteção do aparelho, em toda a superfície ou somente no seu perímetro.

§ 2º - Quando sobrepostas, o desnível entre a superfície do piso existente e a superfície do piso implantado deve ser chanfrada e não exceder 2mm.

Art. 2º - O não cumprimento das exigências desta lei implicará ao infrator a imposição de multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), cobrada em dobro em caso de reincidência.

Parágrafo Único – A multa que trata o “caput” deste artigo será atualizada anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção deste índice, será adotado outro índice criado pela legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 3º - O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, em especial no tocante aos aspectos procedimentais e de formalização.

Art. 4º - As despesas decorrentes da implantação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, em 05/06/2008.

Abou Anni – Presidente
Senival Moura – Relator

Ricardo Teixeira
Lenice Lemos
Mara Gabrielli
Donato